

“MEU PAÍS EM MIM”: DISCURSOS SOBRE IMIGRAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NA MÍDIA BRASILEIRA

Hadriel Theodoro¹

RESUMO

O Brasil é considerado um dos países mais violentos do mundo contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneras. Ao mesmo tempo, aceita como motivo válido para a concessão de refúgio discriminações baseadas na identidade de gênero e/ou orientação sexual do/a solicitante. Diante desta conjuntura paradoxal, o objetivo do presente artigo é averiguar como a mídia busca representar as relações socioculturais que entremeiam as vivências de um refugiado homossexual em nosso país. Para tanto, a investigação se volta a uma matéria jornalística publicada em 2016 no portal de notícias G1, mantido pela Rede Globo. Emprega-se como metodologia reflexões teóricas acerca dos estudos migratórios, da comunicação e da linguagem junto a uma análise do discurso da referida reportagem. Os resultados apontam, de modo sintético, à construção de um discurso que reproduz estereótipos de religião, nacionalidade, gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Imigração LGBT. Refúgio. Mídia. Discurso.

A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.

Mikhail Bakhtin

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para além do âmbito numérico, devemos considerar que os fluxos migratórios abrangem experiências de vida, e nelas, subjetividades, identidades e culturas. Estes são fatores que influem em sua alta complexidade e para os quais temos de voltar a atenção se o intuito é compreender as dinâmicas sociais aí englobadas. Somente assim é possível apreender as hierarquias, desigualdades e relações de poder intrínsecas aos deslocamentos

¹ Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM), mestre em Comunicação e Práticas de Consumo (PPGCOM-ESPM), graduado em Comunicação Social (ECA-USP). E-mail: hgtheodoro@gmail.com.

humanos, bem como as consequências que elas acarretam às visibilidades e representações de e sobre quem migra.

Entremeando diferentes esferas institucionais, tais como a pública, a política, a midiática, a acadêmica e a jurídica, tais visibilidades e representações se articulam de modo a produzir impactos materiais nas experiências de migrantes. É o que podemos observar no caso particular das migrações motivadas por identidade de gênero e/ou orientação sexual.² Autores como Andrade (2016a, 2016b) e Viteri (2014) destacam que os apagamentos e silenciamentos que recaem sobre os fluxos migratórios envolvendo pessoas lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneras (LGBT) contribuem para a manutenção do quadro de vulnerabilidades a que estão suscetíveis. Para melhor entender essa questão temos de dar um passo para trás e refletir acerca daquilo que Judith Butler (2008, p. 24) nomeia de “ordem compulsória do sexo/gênero/desejo”.

De acordo com a referida autora, o gênero é uma construção cultural e não pode ser tido como resultante do sexo biológico (BUTLER, 2008). Isso quer dizer que o gênero não é uma unidade fixa ou monovalente: ele flui por uma corrente de significados que se enseja no interior de determinada cultura, (re)compondo-o em permanência. O problema reside, no entanto, em um sistema binário que fundamenta e perpetua ao longo do tempo a crença em uma relação mimética entre o sexo e o gênero, como se este espelhasse uma conformação “natural” do ser (Idem).

Neste sentido, o gênero não se reduz à inscrição de códigos culturais em um corpo sexuado; ao contrário, emerge como *produção discursiva* cujos efeitos se infiltram inclusive na concepção do sexo e de suas corporalidades. O gênero, por conseguinte, “também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual age a cultura*” (BUTLER, 2008, p. 25, itálicos da autora).

² Por *identidade de gênero* compreende-se o modo pelo qual cada sujeito experiencia categorias de gênero. Ela pode ou não corresponder ao sexo que lhe foi designado ao nascer e pode ou não se adequar aos padrões normativos que regem o que é ser mulher ou homem, feminino ou masculino, em determinado contexto sociocultural. Já a *sexualidade* envolve orientação sexual, que diz respeito ao direcionamento afetivo-sexual de um sujeito para um ou mais gêneros. Algumas variantes são: assexualidade, bissexualidade, homossexualidade, heterossexualidade e pansexualidade.

Assentar o sexo em um domínio pré-discursivo assegura a pretensa estabilidade de sua dicotomização. Para Paul Preciado (2008), a “diferença sexual” é pautada meramente em termos de codificação visual, como se houvesse uma verdade anatômica primordial em cada corpo. Na confluência dessa naturalização e essencialização do sexo é onde encontramos as implicações do gênero enquanto um aparato de construção sociocultural. Seus reflexos sobre a materialidade da existência social se tornam palpáveis nas marcas de diferença biológica, cultural e linguística das relações, historicamente perpetradas, entre sujeitos (BUTLER, 2008).

Os binarismos de sexo e de gênero também reverberam sobre a ordem dos desejos. Tal concepção “não só pressupõe uma relação causal entre sexo, gênero e desejo, mas sugere igualmente que o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete ou exprime o desejo” (BUTLER, 2008, p. 45). No âmago dessas relações está o desejo heterossexual – e a heterossexualidade em si – instituído como padrão normativo hegemônico.

Segundo Monique Wittig (2013, p. 46, tradução do autor), esse pressuposto se alicerça no entendimento de que “a base da sociedade humana repousa necessariamente sobre a heterossexualidade”. Para a autora, existe um conglomerado de ideias, discursos, conceitos, teorias e disciplinas que arquitetam um “pensamento *straight*” – termo que em língua inglesa é empregado como desígnio de “heterossexual” – que resiste, por meio de uma naturalização/biologização da cultura, enquanto lei geral a governar universalmente as relações humanas. Mas como em todo binarismo, a heterossexualidade necessita de um contraponto, sem o qual não pode funcionar nem simbólica, nem linguística, nem econômica, nem politicamente (WITTIG, 2013). O desejo homossexual advém, assim, seu revés constitutivo, abrindo espaço para a projeção de um “outro-diferente” em todos os níveis (Idem). A “normalidade” heterossexual produz ininterruptamente uma esfera de anormalidade, antinaturalidade e abjeção, onde todos os sujeitos que não se adequam às suas normas são alocados e, então, estigmatizados (PRECIADO, 2008).

Essas normatizações instituem como uma estrutura ideológica massiva cujos sistemas de opressão afetam, pelos discursos, as interações sociais. Julgo pertinente enfatizar as precariedades a que o sujeito está propenso ao transgredir – ou meramente ao ser visto como transgressor – a hegemonia dos ordenamentos binários do sexo, gênero e/ou

desejo. Ultrapassar suas fronteiras é estar vulnerável a inúmeras formas de violências, simbólicas e físicas, e arriscar perder a legibilidade do status “humano” (BUTLER, 2006).

Tais ponderações salientam que, em se tratando das experiências de vida de imigrantes LGBT, as desigualdades, assimetrias e discriminações que a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo desencadeia devem ser levadas em consideração, algo elementar para que os fluxos migratórios não sejam percebidos como uma massa amorfa de sujeitos movendo-se em determinado espaço. Em seu interior há *pluralidade*, e no que diz respeito aos/à imigrantes LGBT ela tem de ser evidenciada a fim de que não recaia sobre eles/as mais uma camada de invisibilidade e silenciamento, agravando sua vulnerabilidade.

Além disso, reconhecendo o “papel dinamizador intercultural das mídias no cotidiano das migrações” (COGO, 2007, p. 65), não podemos negligenciar sua relevância nesse processo. Além de ser uma das principais instâncias onde as regulações do sexo/gênero/desejo são tanto representadas quanto propagadas, as mídias compõem uma poderosa prática discursiva. Logo, enquanto produto de linguagem e seguimento histórico por excelência, as mídias viabilizam a produção de formas simbólicas de representação, essenciais à nossa relação com a realidade social concreta (GREGOLIN, 2007). Em seus trânsitos de sentidos, as mídias são o principal dispositivo discursivo a construir a “história do presente”, formatando a historicidade que nos associa ao passado e ao hoje (Idem).

Sendo assim, como se engendram as (des)construções midiáticas de representações sobre imigrantes LGBT? Se o âmbito midiático de certo modo reproduz os constantes apagamentos e silenciamentos no tocante a imigrantes LGBT, quando há um espaço de visibilidade como ela é elaborada? Para refletir acerca desta problemática, tomo como objeto empírico uma matéria jornalística do portal de notícias G1³, intitulada “Perseguido em país muçulmano, engenheiro gay se refugia no Brasil”, de autoria de Flávia Mantovani. O objetivo específico é, por meio da linguagem, analisar como a mídia procura retratar as experiências de um refugiado homossexual vivendo em nosso país.

2 ITINERÁRIOS METODOLÓGICOS

³ Lançado em 2006, é caracterizado pela veiculação de conteúdos multimídia. Vale reportar que, apesar de ser um site (mídia não tradicional), pertence ao *Grupo Globo*. De propriedade de uma única família, ele é o maior conglomerado midiático do país e de toda a América Latina.

Durante minha pesquisa de mestrado (Cf. THEODORO, 2016), tive a oportunidade de me aprofundar em questões vinculadas aos estudos de gênero e sexualidade, com ênfase nas políticas de visibilidade midiática envolvendo pessoas transgêneras. Ao concluí-la, fiquei com a certeza de que não poderia abandonar essa vertente de estudo: as (in)visibilidades enraizadas na existência de lésbicas, gays, travestis, transexuais e transgêneros passaram a estar no cerne de minhas preocupações enquanto pesquisador. Isso porque compreendo que elas exercem um grande impacto nas violências que os/as acometem, principalmente quando abordamos a *invisibilidade*.

Por mais que a invisibilidade de determinada identidade de gênero e/ou orientação sexual não-hegemônica possa ser empregada como uma estratégia de sobrevivência – “ficar no armário”, por exemplo –, na maioria das vezes ela se converte em uma forma de violência em si mesma. Invisibilizar a existência de um sujeito por não se adequar às normatizações da ordem compulsória do sexo/gênero/desejo significa alocá-lo nas margens da sociedade, negando-lhe reiteradamente o direito de ser exatamente como é. Enfim, uma estratégia: *invisibilizar para excluir*.

Foi essa conjuntura discriminatória que guiou a formulação de minha atual pesquisa.⁴ Ao entrar em contato com a temática das migrações, pude notar a escassez de estudos que se voltassem exclusivamente às experiências de vida de migrantes LGBT. Cogo (2014), por exemplo, assinala que é recente até mesmo uma perspectiva teórico-analítica direcionada à figura da mulher migrante. Como ecoando esses hiatos, também tive dificuldade para encontrar no âmbito midiático conteúdos que abordassem o assunto. Desde setembro de 2016, a partir do site de buscas online *Google Search*, venho realizando monitoramentos periódicos de notícias que tratem da questão. Até o momento (novembro de 2017), localizei apenas oito reportagens⁵, a mais antiga datando de 2015, o que corrobora as invisibilidades sociocomunicacionais a que a temática está imposta.

⁴ *Fluxos migratórios, comunicação, consumo e cidadania: (in)visibilidades midiáticas nas vivências de imigrantes LGBT na cidade de São Paulo*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP, com orientação da Prof.^a Dr.^a Denise Cogo e financiada pela FAPESP.

⁵ a) “Perseguidos em seus países, refugiados LGBT conseguem proteção no Brasil” (iGay, mar. 2015); b) “A brasileira que virou símbolo LGBT e cujo assassinato levou a novas leis em Portugal” (BBC Brasil, fev. 2016); c) “Qual o lugar dos refugiados gays no mundo?” (Nexo, abr. 2016); d) “Perseguido em país muçulmano, engenheiro gay se refugia no Brasil” (G1, jul. 2016); e) “Agressões em casa, discriminação e risco de morte: os dramas das ‘refugiadas’ trans brasileiras” (BBC Brasil, nov. 2016); f) “Sonho de viver na Holanda vira pesadelo

Dentre as reportagens mencionadas, encontra-se a de Flávia Mantovani. A escolha por analisá-la no presente artigo é devida ao fato de ter sido publicada em um grande portal de notícias⁶, servindo como base à compreensão de como o que podemos chamar de “grande mídia” busca retratar as experiências de um imigrante LGBT em nosso país. Para tanto, penso ser fundamental tomá-la em seu plano discursivo, de onde emergem sentidos e significados socioculturalmente compartilhados. Ou seja, neste trabalho de cunho qualitativo me volto ao domínio da palavra, à materialidade da linguagem, pois nela reside o encontro entre o linguístico, o ideológico e o histórico (ORLANDI, 2008). Como bem sintetiza Orlandi (2009, p. 10), “movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra”. Por isso a relevância de “compreender os efeitos de sentido a partir do fato de que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia” (ORLANDI, 2008, p. 36). Esta, por sua vez, é extremamente importante, haja vista que diz respeito a pontos de vistas, representações e sistema de valores que condicionam a ação humana, a práxis (BACCEGA, 1995).

Apreendendo o discurso enquanto prática de linguagem, palavra em movimento (ORLANDI, 2008), tomo como procedimento metodológico para a análise da reportagem a Análise do Discurso de linha francesa (ADF). No interior dos simbolismos aglutinados na língua, a ADF intenta compreender como ela *faz sentido* nas mediações que estabelecemos com a realidade social em que estamos inseridos. “Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do [ser humano] e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Ibidem, p. 15). A ADF considera, portanto, o ser em sua historicidade e as condições de produção da linguagem, por meio de uma investigação dos vínculos estruturados pela língua com seus falantes e as situações em que o discurso é formulado (Idem).

para refugiados gays” (G1, mai. 2017); g) “Dia nacional da visibilidade lésbica: o relato de uma refugiada LGBT no Brasil” (MigraMundo, ago. 2017); h) “Orientação sexual e identidade de gênero: um tema que entrou na agenda brasileira do refúgio” (MigraMundo; nov. 2017).

⁶ O site Globo.com, onde está hospedado o portal de notícias G1, é o sexto site mais visitado no Brasil, de acordo com o ranking divulgado pela Alexa. Disponível em: <<https://www.alexa.com/topsites/countries/BR>>. Acesso em: dez. 2017.

Relativamente aos discursos da mídia, eles nos oferecem uma “construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Enquanto dispositivo de interpretação, a ADF conflui à compreensão dos trajetos de sentido nos discursos midiáticos, focalizando os modos pelos quais tencionam significar para nós e em nós. Não se trata de encontrar um sentido único ou verdadeiro, mas compor gestos de análise que visam explicitar os processos de significação contidos em um texto. Na prática, une-se um dispositivo teórico de interpretação à formulação da questão que desencadeia a análise (ORLANDI, 2009), neste caso: como um refugiado homossexual é representado na mídia e qual a relação que se estabelece com um ideário de “nação brasileira”? É daí que parto para a análise do objeto empírico deste trabalho.

3 DISCURSOS SOBRE REFÚGIO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Em 7 de julho de 2016, a reportagem “Perseguido em país muçulmano, engenheiro gay se refugia no Brasil” foi publicada no portal de notícias G1. Em linhas gerais, discorre sobre os percalços de S. J., um homem homossexual vivendo em um país que proíbe e condena a homossexualidade, e sua vinda ao Brasil, onde tem sua solicitação de refúgio aceita.

Para a análise, após uma primeira leitura do texto, realizei uma categorização dos temas mais recorrentes, dividindo-os em três eixos: o *Eu*, o *Lá* e o *Aqui*. O *Eu* corresponde à maneira como o refugiado entrevistado busca ser representado e se autorrepresentar. O *Lá* diz respeito a como são relatadas suas experiências de vida antes de chegar ao Brasil. Por fim, o *Aqui* faz referência ao Brasil enquanto país de acolhida. Antes de passar à análise dos eixos, gostaria de me deter no título e no subtítulo da reportagem, pois os considero oportunos para apurar o teor com que a matéria jornalística é constituída.

Já no título, o tópico *refúgio* é notório, estando intimamente associado à sexualidade. Por outro lado, temos uma clara oposição entre dois polos antagônicos: o país de origem e o país de acolhida. Apesar de não sabermos qual é a nacionalidade de S. J. (seu ocultamento bem como o de seu nome foram uma condição à concessão da entrevista), a sua procedência fica demarcada pelo fator religioso. Neste ponto, a nação se converte em suas

crenças religiosas, que, por sua vez, são alocadas como elemento que provoca as discriminações que S. J. sofreu em seu país por ser homossexual. “Perseguido em país muçulmano” congrega, por meio de um viés metonímico, uma estereotipia: o país passa a ser religião, a religião passa a ser seu povo, seu povo passa a ser a intolerância que persegue aqueles/as que evadem os marcos da heterossexualidade.

Temos de verificar que o título da reportagem aciona uma concepção de mundo segundo a qual a religião islâmica é tida como maléfica à diversidade e ao respeito às diferenças. Por extensão, todo/a muçumano/a é considerado/a como intolerante, um vetor de discriminações e violências. É essa acepção que viabiliza o status do Brasil em direção oposta, como um país onde as diferenças e as diversidades são respeitadas.

O subtítulo corrobora esse julgamento de valor: “S. J. deixou tudo para trás após ser agredido, torturado e chantageado. Em seu país, relação com alguém do mesmo sexo é crime e gera prisão” (MANTOVANI, 2016). O tom denunciante vem reforçar o país de origem de S. e a religião islâmica como fontes de violências simbólicas e físicas que transpassam inclusive o âmbito jurídico. Mesmo sendo indiscutível que a condição de vida de milhares de homossexuais é extremamente precária em diversas regiões do planeta, tendo vista que em mais de 70 países a homossexualidade é considerada crime e passível de punições que vão de açoitamento em praça pública à prisão perpétua ou pena de morte, a complicação aqui é o encadeamento efetuado entre essa situação discriminatória e uma religião específica. Somente pessoas muçulmanas são homofóbicas? Os sujeitos homossexuais sofrem discriminações apenas em países muçulmanos? Tais discriminações dependem exclusivamente da religião? Seguir por esse caminho é desprezar a historicidade da aversão à homossexualidade e sua inscrição nos discursos, em formas de saber e poder que delimitam o que é lícito ou ilícito no campo das sexualidades (FOUCAULT, 1988). Como veremos a seguir, a construção de sentido decorrente irá permear toda a reportagem e reaparecer nos eixos da análise.

O Eu

S. J. é descrito como um homem que passou 38 anos de sua vida enfrentando transtornos por conta de sua orientação sexual, o que o levou a lutar “contra o mundo e

contra si mesmo” (MANTOVANI, 2016). Na reportagem, afirma-se que a percepção de que era “diferente” teria surgido na adolescência. O emprego da palavra *diferente*, trazida entre aspas, remete à própria voz do entrevistado. Mas esse *sentir-se diferente* não é, contudo, problematizado. Se há uma diferença ela se realiza *em relação a*; neste caso, ser diferente somente pode adquirir um significado se compreendermos a heterossexualidade como uma realidade apriorística da “natureza humana”, um destino comum a todos os seres. O diferente é assim designado por se desviar dessa espécie de dogma fundamental, por transpô-lo. É a partir do rompimento desta fronteira que a homossexualidade passa a ser vista como um locus de perigo e poluição.

Mantovani (2016) traz em seu texto uma fala de S. que ilustra bem os efeitos nocivos desse heterossexismo estrutural: “Eu me odiava. Vivia em autonegação. (...) Eu sentia uma dor no coração. Pensava: o que há de errado comigo?”. Odiar-se, negar-se, sofrer: consequências tangíveis, físicas e psicológicas, nas experiências de vida de S., que sem sombra de dúvidas espelha as mesmas condições enfrentadas por outros homossexuais ao redor do mundo. Verificamos, portanto, como valores culturais se inscrevem em nossas vivências, moldando-as desde o seu interior. Esse processo transcorre pela linguagem, já que ela é uma forma material de construção do mundo social, e, no caso do sujeito homossexual, ela acaba sendo uma via de particularização de sua identidade sexual (BUTLER, 2008). A questão da orientação sexual emerge, como constatamos na fala de S., como um princípio divisor que impulsiona, em uma matriz ideológica heterossexista, um amplo conjunto de violências.

Na continuidade, a reportagem revela que S. teve um namorado na época de faculdade, quando contou com a oportunidade de morar em outro país. Infelizmente, nesse país a homossexualidade também era/é considerada crime, o que ocasionou mais isolamento e sofrimentos a S., já que ele não podia expressar publicamente seus afetos e desejos em relação a outra pessoa. Em vista desse panorama, S. decidiu “tentar virar hétero” (MANTOVANI, 2016), e começou a se relacionar com mulheres. Fica explícito que a impossibilidade de vivenciar sua sexualidade livre de preconceitos, discriminações e violências leva S. a uma busca por se adequar aos padrões normativos da heterossexualidade. Neste ponto, todavia, a reportagem comete um erro ao correlacionar homossexualidade e bissexualidade, como podemos observar na seguinte passagem:

“Relacionou-se com mulheres e descobriu que, na verdade, também sente atração por elas. A bissexualidade o deixou ainda mais confuso, e ele tentou ao máximo esconder suas relações com homens” (MANTOVANI, 2016).

Em nenhuma parte da reportagem há referência a como S. quer ser identificado em relação à sua identidade sexual. No título, por exemplo, é designado como “gay”. Já no excerto supracitado, a bissexualidade é colocada em um âmbito individualizado de escolha, como se pode reparar em “tentar virar hétero” e “a bissexualidade”. Se por um lado isso revela a fluidez com que podemos experienciar nossas relações afetivas e sexuais, por outro negligencia os fatores conjunturais que levam a S. a agir desse modo. Ele sempre sentiu atração por mulheres ou a desperta em si por não poder vivenciar plenamente sua (homo)sexualidade? A ambivalência é patente em “a bissexualidade o deixou ainda mais confuso”. A própria “escolha” não é tensionada, desconsiderando a margem de agência a partir da qual S. toma tal decisão.

Advém daí sua relação com o armário, envolvendo o espaço público e privado, o segredo e a revelação. Como aponta Sedgwick (2007), o armário é a estrutura definidora da opressão aos homossexuais, sendo indicativa incontestável da homofobia. A problemática do armário ressurge quando S. declara que: “Fui pego. As pessoas me viram, eu não tinha mais como esconder. E quando é assim, a vida da pessoa está condenada” (MANTOVANI, 2016). “Pego” estabelece uma interdiscursividade com o âmbito criminal, como em “ser pego em flagrante”, reverberando a censura ao desejo e à prática homossexual que repousa na ideologia.

Logo, “ser pego” remove sua identidade sexual, enquanto “segredo patogênico” (SEDGWICK, 2007, p. 39), do espaço público ao privado. Fora do armário, a marginalização a que essa identidade está suscetível ganha corpo e passa a atuar diretamente sobre ela, oprimindo-a. Isso tem a ver com o duplo potencial de prejuízo do *revelar(se) homossexual*, já que a identidade sexual de quem assiste à revelação está nela implicada, podendo ser perturbada e expor as incoerências e contradições de uma heterossexualidade compulsória (Idem). Ao ter sua identidade sexual exposta, ou melhor, ao ter seu desejo por uma pessoa do mesmo gênero reconhecido publicamente, S. fica totalmente vulnerável às precariedades que recaem sobre um desejo e/ou uma sexualidade não-hegemônicos, não-heterossexuais.

Ele afirma, por exemplo, ter sido chantageado, agredido e desenvolvido um quadro de depressão: “Chegou a um ponto em que não queria mais viver” (MANTOVANI, 2016).

A representação de S. trabalhada nesses discursos remonta, principalmente em suas falas, à complexidade que a sexualidade humana congloba e como ela permeia a construção de um sujeito em conflito – consigo mesmo e com o contexto sociocultural no qual se encontra –, resultando em uma impossibilidade de existir. Mas, concomitantemente, reincide em um reducionismo: tal complexidade não é articulada, por exemplo, às suas normatizações. No não-dizer de sua discursividade, fomentam-se *relações de poder*, pois, como assinala Orlandi (2009, p. 83), em uma sociedade como a nossa elas “produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras”. No texto da reportagem, elas corroboram e difundem a hegemonia da ordem compulsória do sexo/gênero/desejo.

O lá

Bakhtin (2009) assevera que o signo linguístico reflete e refrata uma realidade que lhe é exterior, sendo tecido por múltiplos fios ideológicos. Como resultado, a consciência apenas pode se fundamentar enquanto realidade por meio da encarnação material em signo (Idem). Ou seja, ela é substancialmente social e ideológica. Guia do curso das relações sociais, o signo é, por extensão, o que alicerça toda forma de interação/comunicação do eu para consigo mesmo, do eu para com o Outro e do eu para com o meio (natural e social), sem contar a memória da história da humanidade (Idem). Dito de outra forma, o signo sempre aciona a historicidade de uma estrutura sociocultural determinada, que viabiliza sua produção (em discurso) e sua decodificação.

Esse entendimento é medular para se examinar o uso da palavra “muçulmano” na reportagem. Em primeiro lugar, há de se reconhecer a limitação de nosso círculo de experiências, dos espaços vividos e do potencial perceptivo das determinações do real (BOSI, 2003). O conhecimento de mundo que nutrimos em nós é mediado, imprescindivelmente, pela e na cultura, sempre gerando uma deformidade na construção de tal percepção. A vida mental é, assim, tomada por estereótipos, em seus padrões correntes que capturam as informações em seu trajeto em direção à consciência (Idem). Em segundo lugar, admitindo a

impossibilidade de qualquer imparcialidade ou neutralidade na língua, o emprego do referido termo está inscrito em uma rede de significados muito mais vasta e intrincada.

Em “muçulmano” não somente uma relação direta com a religião islâmica é forjada, mas, também, com o Oriente, haja vista que a maioria dos países que a professa se encontra em uma disposição geocultural apreendida enquanto tal. Edward Said (1990, p. 33, itálico do autor), um dos principais estudiosos sobre o assunto, afirma que a linguagem “é um sistema altamente organizado e codificado (...). Em qualquer exemplo, pelo menos na linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma *re-presença*, ou uma representação”.

Como elucidado, o problema reside no fato de que a exterioridade de uma re-presença acerca do Oriente é governada por códigos que compõem “um distante e amorfo Oriente” (SAID, 1990). A força do discurso cultural ocidental, que, em sua hegemonia, estrutura o Oriente, transmuta-se em uma estrutura de dominação. Esta é amplificada na era eletrônica, pois, ao mesmo tempo em que as TICs nos permitem uma aproximação a esse Oriente, acabam por reforçar uma padronização de representações e estereótipos (Idem). É por este motivo que “a teia do racismo, dos estereótipos culturais, do imperialismo político e da ideologia desumanizante que contém o árabe ou o muçulmano é realmente muito forte (...)” e engendram seu “seu destino singularmente punitivo” (Ibidem, p. 35).

Said (1990, p. 14) nomeia esse processo de *orientalismo*, “um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre “Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente””. O autor pretende destacar sua efetividade material no que concerne a um processo histórico de relações sociais, culturais, políticas e econômicas altamente hierarquizadas, que se enraízam no imaginário social. Trata-se de uma concepção enviesada de pensar e de distinguir, ou seja, atribuir sentido a tudo aquilo que é diferente do Ocidente – entendendo que esse “Ocidente” é composto, também no imaginário, como uma entidade geocultural abrangendo Europa (sobretudo sua região oeste) e os Estados Unidos. Assim, os discursos produzidos por meio do orientalismo, ao contrário de comporem uma verdade, são um sinal evidente do poder que o Ocidente exerce e almeja continuar exercendo sobre o Oriente (Idem).

Sendo assim, ao utilizar o termo “muçulmano” em sua reportagem, Mantovani (2016), indireta ou diretamente, alude a esse imaginário sobre o Oriente, o que contribui para a sua estigmatização. Isso fica manifesto logo no título e reaparece em outras passagens da reportagem, inclusive nas palavras de S.: “Natural de um *país muçulmano no qual a homossexualidade é considerada crime*, ele teve que deixar tudo para trás após ser agredido, chantageado, sequestrado e torturado quando seu segredo veio à tona”; “No *meu país* não somos livres para ser o que somos”; “Me levaram para dentro de uma *mesquita* e lá tentaram me fazer virar hétero” (Idem). No primeiro excerto, podemos observar que as esferas de sentido de “agressão”, “chantagem”, “sequestro” e “tortura” são associadas a “país muçulmano”, gerando uma *essencialização generalizante*, que busca ser reiterada ao se empregar as falas de S. como uma validação dessa “verdade”. Ou seja, pressupõe-se que as violências que S. sofreu por conta de sua sexualidade foram devidas única e exclusivamente à religião islã. Por mais que exista intersecções entre doutrinas religiosas e regulações e normatizações das identidades de gênero e/ou orientações sexuais, elas não podem ser taxadas como fonte única ou primária de discriminações, e tampouco se pode conceber uma única religião enquanto tal. Sem procurar defender nenhum preceito religioso ou justificar quaisquer formas de violência contra pessoas LGBT, o que desejo é ressaltar que os jogos de sentido aí englobados esteiam uma ideologia orientalista na reportagem, reforçando uma visão de mundo estereotipada sobre o país de origem de S.: um Oriente islã, bárbaro e opressor é incontestavelmente acionado em sua discursividade.

O aqui

Após deixar seu país de origem por conta das perseguições e violências sofridas, S. morou em diversos países até chegar ao Brasil. Em um deles teve o pedido de residência negado, em outro foi detido por risco de imigração ilegal. Aqui, conseguiu que a solicitação de refúgio fosse aceita e hoje possui um visto de residência permanente. Vale destacar que a reportagem não revela o motivo alegado por S. para a solicitação de refúgio no Brasil. Esse não-dito, também possuindo uma iminência de sentido (ORLANDI, 2009), vai ao encontro dos estudos desenvolvidos por Andrade (2016a, 2016b), que atesta que, geralmente quando há outro motivo que não a identidade de gênero e/ou orientação para realizar o

requerimento de refúgio, os/as imigrantes optam por ele. A razão é simples: eles/as seguem correndo um grande risco de sofrer violências, tanto por parte de brasileiros/as quanto por seus/suas conterrâneos/as (Idem). De qualquer modo, o Brasil acaba por simbolizar a S. uma oportunidade para recomeçar sua vida.

No entanto, os preconceitos e discriminações em relação à homossexualidade não deixaram de perseguir S. em nossa sociedade e cultura. Mantovani (2016) menciona que ele “diz ter percebido muita homofobia entre os brasileiros e tem medo de perder clientes no negócio que criou para pagar as contas por aqui”. E se por um lado S. relata já ter feito amigos no Brasil e conseguido se abrir mais em relação à própria sexualidade, por outro afirma ter se surpreendido com o preconceito da sociedade brasileira em relação à homossexualidade. Em suas palavras: “Eu via o Carnaval, pensava que seria ótimo. Mas no dia a dia é diferente” (Idem).

Como exposto anteriormente, o Brasil aparece nas discursividades da reportagem em uma esfera adversa ao país de origem de S., e que, portanto, intenta ser positivada. Mas há uma incongruência contida nessa mesma discursividade, pois o Brasil também aparece como um locus de vulnerabilidade e precariedade a S. A ambivalência semântica desvela a reprodução de uma conjuntura paradoxal: um Brasil receptivo, aberto à acolhida de imigrantes e refugiados/as⁷, versus um Brasil de desigualdades, de mentalidade conversadora e alma reacionária.

Acredito ser esta a chave para entendermos a complexidade envolvida na acolhida de imigrantes LGBT em nosso país. Se por um lado paira sobre o imaginário nacional um ideário de diversidade e culto às diferenças, como aparece em um dos sustentáculos de sentido da palavra “carnaval”, na fala de S., por outro o Brasil é um dos países mais violentos contra pessoas LGBT no mundo. De acordo com dados do Grupo Gay da Bahia, somente em 2016 foram mais de 340 assassinatos de pessoas LGBT no país⁸, ratificando uma nociva institucionalização da LGBTfobia em todos os âmbitos de nossa sociedade e cultura. Então, apesar de a homossexualidade não ser considerada crime por aqui, diferentemente do país

⁷ Cabe ressaltar, por exemplo, que o Brasil é um dos poucos países (além da Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Reino Unido e Suécia) que aceita precariedades e violências de gênero e/ou orientação sexual como justificativa válida à concessão de refúgio.

⁸ Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2017/01/24/relatorio-de-2016/>>. Acesso em: jun. 2017.

de origem de S., isso não quer dizer que as precariedades a que ele está sujeito serão menores. Como ele percebe, vivemos em um contexto sociocultural extremamente homofóbico, e como ele mesmo sente na pele, o medo de revelar uma identidade homossexual continua a acompanhá-lo.

4 UMA NÃO-CONCLUSÃO

O que mais me chamou a atenção ao ler a reportagem foi uma das falas de S., quando, visivelmente em tom de pesar, expõe: “A mentalidade islâmica é o contrário do que eu penso, do que eu quero ser. Rejeitei os valores, a cultura... Não sobrou praticamente nada do meu país em mim” (MANTOVANI, 2016). Aparte seu descontentamento com a religião islâmica, é interessante notar essa “rejeição à cultura”, uma negativa tão intensa que leva S. a “desfazer” seu país dentro de si.

A desconstrução ansiada é, todavia, uma falácia. Se a consciência é formada por meio dos signos ideológicos de um determinado grupo no decorrer de suas relações sociais (BAKHTIN, 2009), é impossível apagar os elementos estruturantes da subjetividade. O sujeito apenas se constitui na interação social, lugar de práxis, desde onde sua percepção de mundo se funda. Por mais de sua diligência em um apagamento das origens, S. sempre terá muito de seu país em si mesmo. Em outras palavras, o domínio social, cultural e histórico nunca deixará de fazer parte de suas experiências.

De modo geral, a análise realizada enfatiza exatamente isso. Podemos comprovar o quanto das violências e discriminações que pesaram sobre S. em seu país reverberam ao longo de toda a sua trajetória de vida e como elas não deixam de impactá-lo mesmo quando vem para o Brasil. As cicatrizes não desaparecem nem da carne, nem da alma. Ainda que encontre aqui um ambiente mais tolerante, a liberdade plena da vivência de sua (homo)sexualidade não está garantida. De fato, ela nunca estará, para nenhum sujeito homossexual. O máximo de que podemos desfrutar, enquanto ainda não se atinge um grau mínimo de respeito às diferenças, é uma *ficção de liberdade*.

Por fim, encarando o conhecimento “como um processo de que resultam transformações, a que se seguem outros conhecimentos” (BACCEGA, 1995, p. 14), espero que a análise e as reflexões propostas sirvam como uma semente para o tensionamento da

condição ontológica de invisibilidade e silenciamento que engloba as vivências de imigrantes LGBT, e também para a problematização dos discursos midiáticos que os/as representam, pois, como verificado na reportagem de Mantovani, tendem a uma estereotipia que limita a apreensão de complexas relações sociais, culturais, históricas e políticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Vítor Lopes. **Refugiados e refugiadas por orientação sexual no Brasil: dimensões jurídicas e sociais**. In: Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas, Memorial da América Latina, São Paulo, 2016a. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/22_VLA.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

_____. Desafios no atendimento, acolhida e integração local de imigrantes e refugiados/as LGBTI. **Cadernos OBmigra**, v. 2, n. 2, p. 1-34, 2016b.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Palavra e discurso*. Literatura e história. São Paulo: Ática, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2009.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Défaire le genre**. Paris: Éditions Amsterdam, 2006.

GREGOLIN, Maria R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, vol. 4, n. 2, p. 11-25, 2007.

MANTOVANI, Flávia. **Perseguido em país muçulmano, engenheiro gay se refugia no Brasil**. G1 – Mundo. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/07/perseguido-em-pais-muculmano-engenheiro-gay-se-refugia-no-brasil.html>>. Acesso em: jun. 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**. Princípios & procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas: UNICAMP, 2008.

PRECIADO, Paul. **Testo junkie**. Sexe, drogue et biopolitique. França: Éditions Grasset & Fasquelle, 2008.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

VITERI, María. **Desbordes**: translating racial, ethnic, sexual, and gender identities across the Americas. Albany: Suny Press, 2014.

WITTIG, Monique. **La pensée straight**. Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

THEODORO, Hadriel G. S. **Transgeneridade, mídia e consumo**: um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho. 2016. 156 p. Dissertação - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.

]

"My country in me": discourses about immigration by sexual orientation in the brazilian media

ABSTRACT

Brazil is considered one of the most violent countries in the world against lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual and transgender people. At the same time, it accepts as grounds valid for the granting of refuge discrimination based on the gender identity and/or sexual orientation of the applicant. In view of this paradoxical situation, the objective of this article is to investigate how the media seeks to represent the socio-cultural relations that intersect the experiences of a homosexual refugee in our country. To do so, the investigation turns to a journalistic article published in 2016 in the G1 news portal, maintained by Rede Globo. Theoretical reflections on migratory studies, communication and language are used as a methodology, together with an analysis of the discourse of this article. The results point, in a synthetic way, to the construction of a discourse that reproduces stereotypes of religion, nationality, gender and sexuality.

Keywords: LGBT immigration. Refuge. Media. Speech.

"Mi país en mí": discursos sobre inmigración por orientación sexual en los medios brasileños

RESUMEN

Brasil es considerado uno de los países más violentos del mundo contra personas lesbianas, gays, bisexuales, travestis, transexuales y transgénero. Al mismo tiempo, acepta como motivo válido para la concesión de refugio discriminaciones basadas en la identidad de género y / o orientación sexual del solicitante. Ante esta coyuntura paradójica, el objetivo del presente artículo es averiguar cómo los medios buscan representar las relaciones socioculturales que permean las vivencias de un refugiado homosexual en nuestro país. Para ello, la investigación se vuelve a una materia periodística publicada en 2016 en el portal de noticias G1, mantenido por la Rede Globo. Se emplea como metodología reflexiones teóricas acerca de los estudios migratorios, de la comunicación y del lenguaje junto a un análisis del discurso del referido reportaje. Los resultados apuntan, de modo sintético, a la construcción de un discurso que reproduce estereotipos de religión, nacionalidad, género y sexualidad.

Palabras clave: Inmigración LGBT. Refugio. Medios de comunicación. Discurso.

Recebido em: 08/10/2017

Aceito em: 10/11/2017